



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 16 • 20 a 26/05/07 • ISSN1809-6182

Especial

23/05/2007 – 10 Anos do governo Blairp.01

Em 10 de maio de 2007, Tony Blair anunciou oficialmente sua intenção de renunciar ao cargo de Primeiro-Ministro britânico no final de junho. Essa edição especial faz um apanhado da década em que Blair comandou uma das maiores potências do mundo.

Análise

23/05/2007 – Papa Bento XVI visita o Brasilp.06

No período de 09 a 13 de maio, o Papa Bento XVI visitou o Brasil. O motivo principal da viagem foi a abertura da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano que será realizada entre os dias 13 a 31 de maio, em Aparecida, para discutir os rumos da Igreja Católica na América Latina.

Resenhas

24/05/2007 – Petrobras vende refinarias ao governo bolivianop.10

O Presidente boliviano Evo Morales decretou, no último dia 6 de maio, que a empresa estatal YPFB teria o monopólio da exportação dos hidrocarbonetos. Essa medida fez com que a Petrobras decidisse vender as duas refinarias que possui na Bolívia ao governo daquele país.

25/05/2007 – Crise no Banco Mundial.....p.14

Após um escândalo envolvendo o favorecimento de sua namorada, o Presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz, renunciou ao cargo. A crise trouxe à tona pedidos de mudança no processo de escolha do presidente da instituição.

10 Anos do governo Blair

Especial
Panorama

Diego Marques Morlim Pereira
23 de maio de 2007

Em 10 de maio de 2007, Tony Blair anunciou oficialmente sua intenção de renunciar ao cargo de Primeiro-Ministro britânico no final de junho. Essa edição especial faz um apanhado da década em que Blair comandou uma das maiores potências do mundo.

Por uma década, Anthony Charles Lynton Blair encontra-se a frente de um dos mais influentes governos do sistema internacional. Um dos poucos políticos duradouros em cargo tão importante, Tony Blair, em seu terceiro mandato como Primeiro-Ministro britânico, apesar de respeitado frente ao próprio Partido Trabalhista do qual é líder e ainda com maioria no Parlamento, prepara-se para a renúncia antes das próximas eleições, previstas para 2010.

Desde 1997, Tony Blair é o Primeiro-Ministro do Reino Unido. Formado em Direito em Oxford, em 1975, e membro do Partido Trabalhista inglês no Parlamento desde 1987, em 1994¹ tornou-se o mais jovem líder do trabalhismo, aos 41 anos. A Convenção de seu partido, em 1996, adotou a política proposta por ele para as eleições gerais, que buscava uma reforma constitucional, com especial atenção à educação e à saúde e à maior integração com a União Européia (UE).

Nas eleições do Parlamento britânico de 1997, depois de 18 anos de oposição de seu Partido, derrotou o conservador John Major por uma grande maioria dos votos. Apresentou o “modelo para o século XXI”,

segundo o princípio “trabalho para os que podem trabalhar” e “assistência para os que não podem trabalhar” e se tornou o mais jovem Primeiro-Ministro inglês, desde 1812, aos 43 anos.

Em junho de 2001, nas eleições gerais, Tony Blair foi reeleito, caso inédito no currículo do Partido Trabalhista, novamente por diferença maciça de votos. Seu segundo mandato foi dominado por questões de política internacional, notadamente o apoio aos Estados Unidos da América (EUA) na “guerra contra o terror”, que se seguiu aos atentados de 11 de setembro, e à invasão ao Iraque.

Em 2005, Tony Blair liderou novamente o Partido Trabalhista à conquista do terceiro mandato consecutivo nas eleições parlamentares do país. Todavia, a maioria foi reduzida, a desconfiança e a insatisfação da opinião pública externa e interna quanto aos rumos políticos britânicos ganhavam vulto.

1997-2001

Os anos de Blair como Primeiro-Ministro britânico certamente ficarão marcados por algum tempo como um período de desafios, desenvolvimento e crises. O fortalecimento do bloco europeu, o desenvolvimento socioeconômico britânico, a aliança com o governo estadunidense na “guerra contra o terror”

¹ Blair sucedeu John Smith na liderança do Partido Trabalhista. Smith faleceu aos 55 anos, em razão de um ataque cardíaco. Nas eleições partidárias teve a maioria de 57%, vencendo John Prescott e Margaret Beckett.

e a guerra no Iraque são alguns dos vários fatos que deram a Blair tanta longevidade, tanto reconhecimento e expressão internacionais, e também o que contribuiu para o desgaste de seu governo.

Tony Blair assumiu o cargo de Primeiro-Ministro britânico em 2 de maio de 1997. Desde então, na posição de líder executivo teve agenda repleta de assuntos regionais diretamente relacionados com o conflito com a Irlanda do Norte, por um lado, e com o fortalecimento do bloco europeu, por outro.

Imediatamente após ter tomado posse, seu governo deu ao Banco da Inglaterra autonomia para decidir as taxas de impostos do Reino Unido. Essa atitude deu segurança quanto à prudência fiscal do Partido Trabalhista e conferiu legitimidade à sua decisão quanto aos gastos públicos.

Blair, ainda em seu primeiro mandato, contribuiu para pôr fim a trinta anos de conflito na Irlanda do Norte, firmando após quase dois anos de negociações um acordo de paz² em 1998. Este acordo contou com a colaboração do então presidente dos EUA, Bill Clinton, e criava novo padrão de instituições políticas naquele país.

Blair implementou uma variedade de mudanças constitucionais como o estabelecimento do parlamento escocês e da assembleia galesa, em 1999, e criou ainda o posto de prefeito para Londres, em 2000. Ainda, algumas mudanças na legislação quanto aos direitos de homossexuais no Reino Unido foram definidas durante o primeiro mandato de Blair.

No Conselho da União Européia, Blair aprovou, em maio de 1998, tratado que definia a circulação do Euro. Contudo, manteve a Grã-Bretanha fora da zona da moeda única européia. Em 1999, Blair foi

agraciado com o prêmio Carlos Magno pela sua contribuição ao ideal e unidade européia.

No âmbito internacional, o Primeiro-Ministro fortalecia a aliança com os EUA. Em dezembro de 1998, Blair e o então presidente estadunidense, Bill Clinton, lançavam ataques aéreos ao Iraque após declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) de que Saddam Hussein não colaborava com as inspeções de armas para averiguação de sua capacidade militar. No início de 1999, o Reino Unido sob Blair, participou da intervenção humanitária da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Kosovo.

2001-2005

Para o segundo mandato, Blair enfatizava, domesticamente, a melhoria dos serviços públicos, notadamente no campo da saúde e do sistema educacional. Com esse plano de governo venceu as eleições gerais novamente, com vantagem considerável frente aos adversários. Para concretizar as políticas propostas para as áreas de saúde e educação, em 2002, elevou os impostos justificando uma reforma interna.

O processo de paz na Irlanda do Norte enfrentava problemas. Em 2002, a Assembleia da Irlanda do Norte suspendeu o acordo de paz, o IRA³ voltava às armas, e o Partido Democrático substituiu o Unionista, o que tornava a ação do “governo devolvido”⁴ mais complexa.

Em 2001, forma-se a coalizão anti-terrorista com os EUA. Após os atentados

³ Nas últimas décadas, as ações terroristas do IRA (Exército Republicano Irlandês), foram responsáveis por dezenas de mortes e representaram o problema externo mais grave enfrentado pelos governantes da Inglaterra. Mais informações em <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=70>.

⁴ Devolução de poderes executivos aos governos da Escócia e do País de Gales.

² *Belfast Agreement*, assinado em 10 de abril de 1998.

de 11 de setembro, a administração George W. Bush, carregando consigo alguns aliados entre os quais o Reino Unido, inicia a “guerra contra o terror”, intervindo em Estados que possivelmente proveessem a Al Qaeda recursos financeiros, logísticos e humanos para sua atuação. Primeiro, veio o ataque ao Afeganistão, em outubro daquele ano. Em setembro de 2002, o governo inglês publicou um dossiê afirmando a existência de armas de destruição em massa no Iraque, o que legitimava a participação britânica na invasão daquele país no início de 2003. Contudo, os elevados gastos militares – financeiros e humanos – da operação e a não-sustentabilidade das informações quanto à existência de armas de destruição em massa no Iraque geravam protestos populares contra a invasão antes mesmo de iniciada.

Em março de 2003, Blair decidiu apoiar o presidente estadunidense na intervenção ao Iraque. Enviou tropas britânicas ao conflito, em apoio àquelas enviadas por Bush, com os pretensos objetivos de dissuadir o programa de armas de destruição em massa do Iraque e depor o regime autoritário de Saddam Hussein, acusado de desrespeito dos direitos humanos de seus pares. A consequência dessa intervenção foi o desgaste político dos líderes, principalmente dos EUA e do Reino Unido, quando ficou provada a falsidade das alegações de posse de armas de destruição em massa pelo Iraque, ainda naquele ano e, principalmente, pelos altos custos financeiros e humanos que têm tido essa confrontação para esses dois países, que se estendem até os dias atuais.

2005-2007

O terceiro mandato iniciou-se com questões referentes à União Europeia. A rejeição da França e da Holanda ao Tratado de Constituição Europeia deu a Blair a oportunidade de adiar o *referendum* em território britânico sobre o assunto.

Outros desacordos se davam quanto às questões orçamentárias da União Europeia. Na segunda metade de 2005, o Reino Unido assumiu a presidência da UE e do G8⁵ paralelamente, o que desagradava o governo francês.

Nesse período de presidência britânica da UE e do G8 ocorreram os atentados terroristas ao sistema de transporte público de Londres o que desviou a atenção política de Blair na UE. Duas séries de explosões, em espaço temporal de uma semana separando uma da outra, colocavam em alerta as autoridades britânicas para as consequências da coalizão com o governo estadunidense na “guerra contra o terror”. Mais uma vez a opinião pública se voltava contra Blair e contra o apoio e recursos destinados por ele à estabilização e reconstrução do Iraque.

Renúncia

Por mais que a política externa britânica sob a administração Blair tenha importância considerável, o jovem *premier* muito fez também em âmbito doméstico. Blair aumentou consideravelmente os gastos públicos em saúde e educação. Instituiu o salário mínimo e concluiu reformas constitucionais, tal como a devolução dos poderes aos governos da Escócia e do País de Gales. A economia britânica tinha bom desempenho e Blair mantinha compromissos conservadores de não aumentar impostos.

Os últimos dez anos ficaram marcados por êxitos econômicos e políticos: crescimento, diminuição do desemprego, reforma dos serviços públicos e negociação da paz na Irlanda do Norte. Todavia, uma década repleta de conquistas, acaba assombrada pela guerra

⁵ O G8 é um grupo internacional que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo mais a Rússia. Seus membros são EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia.

no Iraque. Os britânicos julgam com severidade os anos de Tony Blair no poder, principalmente quando são considerados os últimos quatro anos.

Sua popularidade foi afetada, sobretudo, pela coalizão que firmou com os Estados Unidos na invasão ao Iraque. Assim como fez alguns aliados, como Silvio Berlusconi, ex-premier italiano, e George W. Bush, presidente dos EUA, perdeu também outros, como os ex-ministros Robin Cook e Clare Short, ambos ferozes adversários da guerra contra o Iraque. A aparente subordinação a Washington faz com que seja apelidado de “fantoche”⁶ dos EUA. Apesar disso, sua influência junto ao presidente George W. Bush permitiu avanços e parcerias com o governo estadunidense em outras áreas, como a ajuda à África e o combate à AIDS.

Escândalos políticos recentes como o envolvimento na alegada troca de títulos nobiliárquicos por financiamento ao partido, investigação que já levou a polícia a interrogar vários dos seus colaboradores, também são motivos de desgaste a que vem sendo submetido.

Tony Blair não é o primeiro e possivelmente não será o último Primeiro-Ministro britânico a deixar o posto antes das eleições gerais (previstas para junho de 2010). Antes dele, nomes como Margareth Thatcher (1979-1990) e Winston Churchill (1940-1955) também renunciaram durante o exercício de seus mandatos.

O anúncio de que Blair deixará o cargo antes da hora é permitido na Grã-Bretanha sem qualquer tipo de punição oficial. Apesar de não ter sido eleito diretamente pelo povo⁷ (ele foi escolhido por seu

partido, o Trabalhista, do qual é líder), a decisão foi tomada por razões tais como a redução de seu apoio popular, principalmente após o governo britânico ter concordado e apoiado a intervenção no Iraque liderada pelos EUA.

Blair sai porque viu que sua popularidade está em queda⁸, apesar de ainda ser bem visto dentro do Partido. “[Em] 27 de junho apresentarei a minha demissão do cargo de Primeiro-Ministro à Rainha.”, anunciou o próprio, em 10 de maio de 2007. Num discurso muito aplaudido, sublinhou ter feito o que pensou ser melhor para o país. “Cheguei com grandes esperanças e parto com esperanças ainda maiores.”, disse, ao terminar o discurso.

Como os trabalhistas continuam com maioria no Parlamento, o próximo *premier* britânico foi escolhido: Gordon Brown, atual Ministro das Finanças e novo líder do Partido Trabalhista. Brown permanecerá no cargo de Primeiro Ministro até as próximas eleições, em 2010.

Referência

Sites:

The Prime Minister’s Official Web Site

<http://www.number-10.gov.uk/output/Page1.asp>

The New York Times

<http://www.nytimes.com/>

G1

<http://g1.globo.com/>

⁶ Essa denominação partiu de críticos a sua aliança com os EUA, e foi corroborada por alguns setores da própria população britânica e opinião pública internacional.

⁷ Em geral, os membros do parlamento são eleitos pelo voto popular, com base quer no sistema proporcional, quer no uninominal distrital. Após as eleições legislativas, escolhe-se

o chefe de governo – o primeiro-ministro –, seja por convite formulado pelo chefe de Estado ao representante da maioria no parlamento, seja por votação no legislativo.

⁸ Não só sua popularidade em âmbito doméstico diminuiu, como passam a haver severas críticas principalmente à aliança firmada com o governo estadunidense para o advento da “guerra contra o terror”.

Guardian Unlimited

<http://www.guardian.co.uk/>

Wikipedia: Premiership of Tony Blair

http://en.wikipedia.org/wiki/Premiership_of_Tony_Blair

Ver também:

27/11/2003 - [George Bush na Grã-Bretanha \(Resenhas\)](#)

13/05/2005 - [Terceira vitória de Tony Blair \(Resenhas\)](#)

Papa Bento XVI visita o Brasil

Análise
Segurança

Fernando Maia
23 de maio de 2007

No período de 09 a 13 de maio, o Papa Bento XVI visitou o Brasil. O motivo principal da viagem foi a abertura da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano que será realizada entre os dias 13 a 31 de maio, em Aparecida, para discutir os rumos da Igreja Católica na América Latina.

O Papa Bento XVI¹ fez sua primeira visita ao continente americano entre os dias 09 e 13 de maio. Na sua chegada em São Paulo, foi recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Aeroporto Internacional de Guarulhos onde, em rápida cerimônia de boas-vindas, trocaram declarações.

O Presidente Lula saudou-o afirmando os valores cristãos da sociedade brasileira, especialmente a família. Este tema, especialmente as questões ligadas ao aborto, foi discutido amplamente no Brasil e coincidiu com o momento da visita de Sua Santidade, que condena tal prática. Afirmou o Presidente Lula: “esteja seguro, Santo Padre, de que compartilhamos a justa preocupação de resgatar e fortalecer a vida familiar, como premissa da autêntica vida comunitária e social. Nosso empenho será cada vez maior e mais vigoroso para combater e superar as causas da sua desagregação.”. Temas como o papel da Igreja Católica na elevação moral e espiritual do povo brasileiro, a juventude e a educação também foram abordados pelo Presidente Lula.

O Papa Bento XVI agradeceu a acolhida e

afirmou o propósito “essencialmente religioso” de sua visita ao país. Contudo, como será visto adiante, essa visita traz alguns desdobramentos políticos relevantes. Afirmou, ainda, sobre os valores da Igreja Católica, que “a Igreja quer apenas indicar os valores morais de cada situação e formar os cidadãos para que possam decidir consciente e livremente; neste sentido, não deixará de insistir no empenho que deverá ser dado para assegurar o fortalecimento da família - como célula mãe da sociedade; da juventude - cuja formação constitui um fator decisivo para o futuro de uma Nação - e, finalmente, mas não por último, defendendo e promovendo os valores subjacentes em todos os segmentos da sociedade, especialmente dos povos indígenas.”.

O ponto mais esperado da visita ao Brasil foi a canonização do Frei Antônio de Sant'Anna Galvão numa missa realizada no Campo de Marte, em São Paulo, no dia 11 de maio. O Santo Antônio de Sant'Anna Galvão é o primeiro santo nascido em terras brasileiras e, a partir de sua canonização, ficam autorizados os cultos públicos e a construção de igrejas em sua homenagem.

Contudo, ainda que sua visita tenha tido propósitos “essencialmente religiosos”, a visita do Papa sempre traz repercussões

¹ Nome escolhido pelo Cardeal Joseph Ratzinger que foi eleito líder da Igreja Católica no dia 19 de abril de 2005.

políticas. Sua visita ocorre num momento em que a Igreja Católica enfrenta alguns desafios que serão discutidos a seguir. Nesse sentido, a visita do Santo Padre cumpriu a missão de abrir a Quinta Conferência Geral do Episcopado da América Latina e Caribe (CELAM), que acontece entre dias 13 a 31 de maio. Essa Conferência tem por objetivo discutir os desafios e determinar os rumos da Igreja Católica na América Latina. Metade dos mais de 1 bilhão de fiéis do mundo se encontra na região e o Brasil é o país com o maior número (em termos absolutos) de católicos. Há, portanto, um elemento simbólico na escolha desse país para a visita do Papa Bento XVI.

Os desafios mencionados anteriormente e que marcam o contexto dessa conferência envolvem, por exemplo, o aumento do número de fiéis de outras religiões, surgimento de movimentos pentecostais e a queda do número de católicos, especialmente no Brasil.

No primeiro caso, segundo dados de 2005 da Enciclopédia Cristã Mundial², os muçulmanos representam hoje cerca de 17,2% da população mundial, contra 17,3% dos católicos. Existe a possibilidade de que o islamismo venha a superar o cristianismo em número de fiéis.

No segundo caso, os movimentos pentecostais de origem protestante representam um grande fator agregador de fiéis. Para o então cardeal Joseph Ratzinger, “a proliferação dos pentecostais na América Latina, centrada na crença na salvação pela graça de Deus, por meio da fé em Cristo, foi uma consequência da postura da Igreja, que centralizou suas atividades mais na política do que na mensagem católica.”, informou o Correio Braziliense³. A proposta agora é, portanto, resgatar essa mensagem católica para que a Igreja evite a perda de fiéis.

Ressalte-se que, segundo o Papa, a Igreja não faz proselitismo⁴. O seu crescimento se dá muito mais pela “atração” que ela exerce do que pela prática do proselitismo.

Quando se analisam os cristãos, como um todo, dentre os quais se encontram os católicos, nota-se que a porcentagem elevou-se, entre 1983 e 2005, de 30,5% para 32,4% da população mundial⁵. Contudo, esses números não são muito precisos, já que eles tomam os cristãos como um grupo único e o crescimento desses números pode se dar justamente pelo aumento de fiéis dos movimentos pentecostais e não pelo aumento de católicos.

Com relação à queda do número de católicos na região, especialmente no Brasil, o monsenhor Luis Augusto Castro, presidente da Conferência Episcopal da Colômbia, após uma reunião do CELAM em Aparecida no dia 19 de maio, afirmou que “os bispos constataram que a transmissão da fé cristã de uma geração para outra está se ‘debilitando’, e culpou as famílias por isso. ‘A família é fundamental para a transmissão da fé, mas está falhando nesse sentido.’”. Assim, o discurso papal tem reforçado a necessidade de se manter um núcleo familiar sólido, voltado para os valores cristãos.

Segundo dados do IBGE e da Fundação Getúlio Vargas, o número de católicos no país representava cerca de 89% da população na década de 1980. No início dos anos 2000 essa porcentagem caiu para 73%. As explicações para essa queda envolvem o aumento do número de evangélicos, além da não aceitação, por parte da Igreja Católica, do divórcio e das práticas anticoncepcionais, adotadas pela

² Informação obtida pela BBC Brasil.

³ Fonte: site do Ministério das Relações Exteriores.

⁴ Proselitismo é a atividade diligente de se buscar novos fiéis através da conversão. Segundo o Dicionário Aurélio, o prosélito é o indivíduo que abraçou religião diferente da sua.

⁵ Segundo dados da BBC Brasil.

população brasileira.

Outro desafio que merece atenção diz respeito às relações entre fé e política. A Teologia da Libertação⁶ talvez tenha sido a expressão mais conhecida de um entendimento estreito entre fé e política. Basicamente, esse movimento buscava a autonomia do indivíduo, por exemplo, das arbitrariedades, da miséria, da concentração de renda através da fé. Por outras palavras, a ação libertadora da opressão e exclusão se dá pelo encontro com Deus, através da Bíblia em que a religião ajuda na mobilização das pessoas, segundo Leonardo Boff.

Foi na Conferência de Medellín⁷, em 1968, que a Igreja resgatou sua “opção pelos pobres” o que a levou a rever sua imagem de “aliada” das elites locais para uma maior aproximação dos pobres. Essa aproximação passaria pelo “filtro” da religião para produzir a ação libertadora.

Esse movimento, que teve grande repercussão nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo pelo cunho marxista de algumas de suas vertentes, foi muito combatido pela Igreja Católica e perdeu força como discurso agregador, o que permitiu o surgimento de movimentos

com um discurso mais carismático e festivo da religião.

O Papa, em sua visita ao Brasil, não fez alusão direta à Teologia da Libertação, mas afirmou, indiretamente, que “a Igreja não deve seguir ideologias.”. Contudo, foi enfático nas críticas ao marxismo e ao capitalismo como instrumentos de justiça social. Na abertura da 5ª CELAM, afirmou que “Tanto o capitalismo como o marxismo prometeram encontrar um caminho para a criação de estruturas justas e afirmaram que elas, uma vez estabelecidas, funcionariam por si mesmas. Essa promessa ideológica tem se mostrado falsa.”.

Segundo o Papa Bento XVI, é preciso resgatar os valores da Igreja que foram perdidos com o capitalismo, o marxismo e pela intervenção dos governos, especialmente aqueles valores que envolvem a família, como o aborto e o divórcio, por exemplo.

Nesse sentido, a 5ª CELAM cumpre o objetivo de discutir toda essa temática e apresentar um caminho para o fortalecimento da Igreja Católica. No seu discurso, o Papa Bento XVI afirmou que a “(...) Conferência Geral vai refletir sobre esta situação para ajudar os fiéis cristãos a viver sua fé com alegria e coerência, a tomar consciência de ser discípulos e missionários de Cristo, enviados por ele ao mundo para anunciar e dar testemunho de nossa fé e de nosso amor.”.

Ao final da Conferência, deverá ser elaborado um documento que contenha as discussões sobre esses temas e propostas para a atuação da Igreja Católica e que deverá ser confirmado pelo Papa Bento XVI.

O teor desse documento pode dar o tom dos rumos da religião católica na América Latina: se for um documento que expresse uma posição unitária, pode-se evidenciar que a Igreja Católica tem claro o rumo que ela deve tomar para resgatar seu papel de

⁶ Segundo Leonardo Boff, a Teologia da Libertação “é um grande esforço de uma parte dos cristãos de fazer do Evangelho e da fé cristã um fator de mobilização social.”. Teve grande repercussão nas décadas de 1960 e 1970 e buscava a libertação de formas de opressão, especialmente a econômica. Daí a grande influência marxista desse movimento. A Igreja Católica condenou esse movimento, especialmente pelo excesso de envolvimento político e pela influência marxista.

⁷ Esse foi o nome com que ficou conhecida a II CELAM que aconteceu entre os dias 26 de agosto a 6 de setembro de 1968 na cidade de Medellín, Colômbia. Os temas discutidos foram a promoção humana, a evangelização e crescimento na fé e a Igreja e suas estruturas. Contudo, as discussões sobre pobreza e injustiças sociais ganharam destaque. É possível que haja influência da Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII de 1891, que trata da condição dos operários, sobre essa “opção pelos pobres” que a Igreja fez.

missionária. Como afirmou o Papa no discurso de abertura, “[A Igreja Católica] emana *uma força missionária irresistível*, que é a *força da santidade*.”. Em resumo, um documento coeso significará que a Igreja conseguiu chegar a um entendimento comum sobre as maneiras de desempenhar seu papel para resolver os problemas que vem enfrentando.

Contudo, um documento dividido, pode ser indício de que os próprios bispos têm posições divergentes sobre os rumos e o papel da Igreja, o que pode afetar sua tarefa missionária.

É preciso, pois, esperar a publicação e a aprovação desse documento pelo Papa para se ter um entendimento mais claro sobre os rumos que a Igreja Católica seguirá.

<http://www.br.celam.info/>

Religious Tolerance

<http://www.religioustolerance.org>

Revista Caros Amigos (entrevista Leonardo Boff)

http://carosamigos.terra.com.br/outras_edicoes/grandes_entrev/boff.asp

Vaticano (A Santa Sé)

http://www.vatican.va/phome_po.htm

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

<http://www.cnbb.org.br>

Estado de São Paulo

<http://www.estadao.com.br>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

Ministério das Relações Exteriores

<http://www.mre.gov.br>

Site da Quinta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe

Petrobras vende refinarias ao governo boliviano

Resenha
Desenvolvimento / Economia e Comércio / Integração Regional

Raphael Rezende Esteves
24 de maio de 2007

O Presidente boliviano Evo Morales decretou, no último dia 6 de maio, que a empresa estatal YPFB teria o monopólio da exportação dos hidrocarbonetos. Essa medida fez com que a Petrobras decidisse vender as duas refinarias que possui na Bolívia ao governo daquele país.

O relacionamento entre Brasil e Bolívia foi novamente estremecido no início do mês de maio de 2007, devido ao decreto boliviano do dia 6 do mesmo mês. Segundo esse decreto, a estatal boliviana responsável pela exploração de hidrocarbonetos no país, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), passaria a ter o monopólio da exportação da produção das refinarias que pertencem à Petrobras. Dessa forma, as refinarias passariam a ter que vender sua produção à YPFB ao invés de vendê-las à seus clientes estrangeiros.

Esse movimento por parte do Presidente boliviano Evo Morales significou uma continuação do processo de nacionalização iniciado em maio de 2006. Esse determinou o monopólio do Estado boliviano nas atividades de produção, transporte, refino, armazenagem, distribuição, comercialização e industrialização dos hidrocarbonetos, bem como determinou a nacionalização das ações das empresas estrangeiras, envolvidas nestas atividades, necessárias para tornar o Estado boliviano o sócio majoritário de todas elas.

A Petrobras, estatal brasileira com participação em atividades relacionadas

aos hidrocarbonetos na Bolívia, no período anterior ao decreto de 6 de maio de 2007, vinha negociando a venda de ações das duas refinarias que possui na Bolívia ao governo daquele país, objetivando permanecer como sócia minoritária na atividade. Contudo, aparentemente devido às estipulações do novo decreto, a Petrobras decidiu vender por completo suas refinarias à Bolívia. Estas, denominadas Guillermo Elder Bell e Gualberto Villarroel, se encontram nas cidades de Cochabamba e Santa Cruz, e são responsáveis pelo refino da totalidade da gasolina consumida no país, bem como 95% do óleo diesel e 70% do diesel.

Após a decisão da estatal brasileira, os governos dos dois países começaram a negociar o preço que seria pago pelas refinarias pertencentes à Petrobras. A Bolívia apresentou, como sua primeira oferta, o valor de US\$ 60 milhões, valor considerado inaceitável pela Petrobras. As refinarias foram compradas pela Empresa brasileira em 1999, pelo valor de US\$ 104 milhões, dos quais apenas US\$ 96 milhões foram desembolsados¹.

1 Devido à existência de um passivo ambiental por parte do governo boliviano, que ainda existe, devido ao fato de as autoridades

Em resposta à proposta boliviana, a Petrobras apresentou o valor de US\$ 112 milhões, aceito no dia 10 de maio de 2007, depois de muita negociação acerca do preço justo das instalações. Caso os dois governos não chegassem a um acordo mutuamente satisfatório, o Brasil não havia descartado a possibilidade de recorrer à arbitragem internacional. Diante dessa possibilidade, Evo Morales, Presidente da Bolívia, declarou: “Temos que erradicar o Ciadi², porque tribunais de arbitragem só permitem o saque dos nossos recursos.”.

A consideração dos lucros e dividendos obtidos com a atividade das refinarias pode indicar que a venda das refinarias foi vantajosa para o Brasil. Nesse sentido, o presidente da Petrobras Bolívia, José Fernando de Freitas, declarou: “colocamos US\$ 96 milhões e vamos retirar US\$ 238 milhões³. Se calcularmos o investimento com base no fluxo de caixa descontado, o resultado foi positivo. A Petrobras não perdeu nada com essas refinarias e até ganhou um pouco acima da taxa de atratividade que costuma balizar os investimentos.”.

Existe a expectativa, por parte da estatal brasileira, de que até o final do mês de maio assine-se o contrato que efetive a transferência da propriedade ao governo boliviano. Esse, por sua vez, através do o ministro de Hidrocarbonetos, Carlos Villegas, declarou que possui um mês para examinar o contrato e que não iria apressar o processo.

O pagamento será realizado em duas

bolivianas não terem permitido a retirada de toneladas de produtos, administrados pela YPFB, principalmente na refinaria de Cochabamba.

2 O CIADI, Centro Internacional para Acerto de Disputas de Investimentos, foi criado em 1966, sob os auspícios do Banco Mundial, e é encarregado da arbitragem de disputas entre governos e investidores privados.

3 Valor que engloba o montante recebido pela venda, US\$ 112 milhões e os dividendos pagos pelas refinarias aos acionistas da Petrobras.

parcelas. A primeira, de acordo com Fernando de Freitas, deve ser paga até o dia 11 de junho, quando se completaria um mês do acordo sobre a venda. Caso esse prazo não seja cumprido, a oferta por parte da Petrobras perderia a validade, sendo necessário o reinício do período de negociações. A segunda parcela, diferentemente do que foi considerado pelo governo brasileiro, não será paga em gás e, segundo Carlos Villegas, deverá ocorrer 60 dias após o pagamento da primeira.

Além da venda das refinarias, a Petrobras ainda tem que lidar com outra requisição por parte do governo boliviano. O governo de Evo Morales determinou que a empresa brasileira passe a vender 3 milhões de metros cúbicos (m³) de gás natural por dia ao mercado doméstico boliviano, tendo em vista que, anteriormente, a empresa brasileira repassava apenas um décimo desse volume à Bolívia. Devido à diferença de preços existente entre os mercados boliviano e brasileiro, a Petrobras Bolívia perde cerca de US\$ 270 mil por dia por vender à Bolívia ao invés de ao Brasil. Atualmente, o Brasil consome 26 milhões de m³ de gás natural por dia, o que representa menos do que está previsto em contrato, 30 milhões, de forma que a venda ao mercado boliviano pode ainda não trazer desvantagem.

Com o processo de nacionalização, iniciado em 2006, a Bolívia terá uma fonte de recursos adicionais consideráveis. Apenas com o imposto transitório criado em maio do mesmo ano, que incide sobre as operações nos campos de San Alberto e San Antonio, o governo Boliviano deverá arrecadar até US\$ 366 milhões. Esse valor, do qual já foram pagos US\$ 250 milhões, está sendo arcado por três multinacionais que atuam no país: a brasileira Petrobras, a hispano-argentina Repsol YPF e a franco-belga TotalFinaElf. Para o ano de 2008, a Bolívia pretende aumentar em US\$ 200 milhões sua receita oriunda dos *royalties* das atividades exploratórias de

hidrocarbonetos, que devem atingir US\$ 1,6 bilhão.

A Petrobras, que já pagou US\$ 99 milhões somente com esse imposto extraordinário de 32%, entende que a cobrança do mesmo só era necessária até janeiro de 2007, devido à assinatura dos novos contratos que regulamentavam as atividades de exploração. Entretanto, considerando a data de registro do contrato, feita em abril de 2007, o governo boliviano entende que o pagamento deverá ser feito até julho do mesmo ano. Todavia, ainda com o fim do imposto extraordinário, a Bolívia continuará cobrando 50% de impostos sobre as atividades de produção do gás e do petróleo, dos quais 32% são referentes aos Imposto Direto aos Hidrocarbonetos e 18% são referentes aos direitos de exploração.

Ainda no mês de maio, outra controvérsia surgiu entre o Brasil e a Bolívia. Esta ainda não deu garantias de que irá cumprir o contrato com a usina térmica TermoCuiabá, localizada no Estado do Mato Grosso. O contrato prevê a venda de 2,2 milhões de m³ diários de gás natural à usina e, devido à aproximação do período de seca, a produção de energia via hidrelétrica ficaria prejudicada, aumentando a necessidade de importação do gás. A usina atende 70% da demanda de energia elétrica da cidade de Cuiabá, capital do Mato Grosso.

As disputas existentes atualmente entre Brasil e Bolívia levantam muitas críticas acerca da estratégia do primeiro quanto a sua política do gás natural. Nos últimos anos, houve aumento da utilização desta fonte de energia tanto nos automóveis quanto na indústria brasileira, sem que se diversificasse razoavelmente as fontes de obtenção desse gás. Dessa maneira, o país depende da Bolívia, atualmente, para o fornecimento de metade do gás consumido internamente.

Aparentemente, os investimentos da Petrobras, de US\$ 4,7 bilhões, na produção

de gás natural, com destaque para a Bacia de Santos, visam diminuir essa dependência. Estima-se que, até 2010, o Brasil seja capaz de extrair da Bacia de Santos 22 milhões de m³ de gás natural diariamente, lembrando que importação do gás boliviano permanece em números próximos a esse. Obviamente, deve-se ter em mente tanto a duração do contrato de compra do gás boliviano, até 2019, quanto a tendência do aumento do consumo do gás com o aquecimento da atividade econômica com o passar do tempo. Ainda assim, cabe salientar que, até 2011, a Petrobras planeja produzir 70 milhões de m³ diariamente [Ver também: [Deterioração das negociações entre Brasil e Bolívia em relação à nacionalização boliviana](#)].

Na Bolívia, o programa de nacionalização, ao trazer mais recursos para o país, serviria para garantir políticas sociais e de desenvolvimento. Segundo a Agência Boliviana de Informação, com os recursos advindos dos novos impostos e direitos de exploração dos hidrocarbonetos, foi criada uma bolsa para todos os alunos do ensino primário do país. Denominada Juancito Pinto, esta bolsa tem o valor de 200 pesos bolivianos (cerca de R\$ 48,00) e, assim como objetiva diminuir a evasão escolar, busca também combater o analfabetismo.

Devido ao fato de o governo da Bolívia atrelar os ganhos do processo de nacionalização com políticas de caráter social, como a bolsa para os estudantes do ensino primário, a legitimação da postura boliviana é facilitada. Agindo dessa maneira, o comportamento de Evo Morales poderia ser associado mais facilmente à defesa de um dito “interesse público”. Todavia, caso a busca por esses interesses comprometa o cumprimento de compromissos assumidos anteriormente – como o fornecimento de gás ao Brasil – ou gere insegurança jurídica, ela poderá dificultar a consecução de outros interesses dos bolivianos, assim como agir contrariamente ao processo de integração regional.

Referência

Sites:

Agência Boliviana de Informação

<http://www.abi.bo/>

O Estado de São Paulo

<http://www.estado.com.br>

Folha de São Paulo

<http://www.folhaonline.com.br>

Gazeta Mercantil

<http://www.gazetamercantil.com.br>

Jornal do Brasil

jbonline.terra.com.br

Valor Econômico

<http://www.valoronline.com.br>

Ver também:

16/02/2006 - [Bolívia e a Nacionalização dos Hidrocarbonetos \(Especial Processos\)](#)

22/09/2006 - [Deterioração das negociações entre Brasil e Bolívia em relação à nacionalização boliviana](#)

Crise no Banco Mundial

Resenha
Desenvolvimento

Celeste Cristina Machado Badaró
25 de maio de 2007

Após um escândalo envolvendo o favorecimento de sua namorada, o Presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz, renunciou ao cargo. A crise trouxe à tona pedidos de mudança no processo de escolha do presidente da instituição.

No dia 18 de maio de 2007, o presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz, anunciou sua renúncia do cargo. Desde fevereiro de 2007, Wolfowitz vinha sendo alvo de críticas por ter mantido sua namorada, que deixou de trabalhar no banco em 2005, na folha de pagamento com um salário maior de 130 mil dólares anuais (a título de comparação, esse salário é maior que o da Secretária de Estado estadunidense Condoleezza Rice).

A presidência de Wolfowitz enfrenta problemas desde seu início, em 2005. O ex-subsecretário de defesa estadunidense não era bem visto por ter sido um dos maiores idealizadores da Guerra do Iraque, o que fez com que muitos acreditassem que ele havia sido escolhido apenas para que George W. Bush mantivesse um aliado seu na instituição. Outro motivo de crítica à sua escolha para o cargo se deve ao fato de que Wolfowitz, até então, havia trabalhado principalmente com ações de segurança, colocando em dúvida sua capacidade de lidar com programas de desenvolvimento, o maior objetivo do Banco Mundial.

Além disso, Wolfowitz não tinha um plano claro para seu mandato à frente do banco, já que seu maior projeto foi o combate à corrupção, que já havia sido iniciado durante a gestão de seu antecessor, James Wolfensohn. As ações

contra corrupção, que previam a não concessão de empréstimos a governos corruptos, foram criticadas por serem enviesadas. Foram concedidos empréstimos ao Iraque, cujo governo sofre acusações de corrupção, enquanto outros países tiveram ajudas negadas sem muitas provas.

Outra ação polêmica do Banco Mundial durante a administração Wolfowitz foi a de dificultar empréstimos a países onde é permitido o aborto. A equipe de Wolfowitz, formada por muitos protestantes conservadores estadunidenses, foi acusada de usar crenças de foro pessoal na formulação de ações do organismo internacional.

Outro problema com relação à equipe do presidente foi a nomeação de aliados políticos de George W. Bush com pouca experiência em economia e desenvolvimento. Ao nomear aliados em detrimento de funcionários de carreira do banco, Wolfowitz se afastou do *staff* da instituição, de tal modo que, assim que as denúncias de favorecimento à sua namorada vieram à tona, os funcionários do banco passaram a se manifestar pela saída do Presidente.

Aos problemas enfrentados por Wolfowitz, soma-se ainda um questionamento mais geral sobre a estrutura do Banco Mundial. Durante os acordos de Bretton Woods, criadores do

Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento, posteriormente, Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1944, foi feito um acordo tácito entre Estados Unidos e os países europeus, de que os primeiros nomeariam o presidente do Banco Mundial e os europeus, o da outra instituição. Esse sistema tem sido posto em cheque, devido aos pedidos de maior transparência na escolha dos cargos de maior poder na instituição. Além disso, o sistema, criado ao fim da Segunda Guerra Mundial, é considerado obsoleto, hoje, por não refletir mais os papéis dos maiores atores na economia mundial.

Assim, muitos vêem o escândalo Wolfowitz como uma oportunidade de reformar a estrutura institucional dos organismos criados em Bretton Woods¹. Os pedidos por reformas já foram feitos pela ONG Oxfam, pelo *think tank Brookings Foundation*, em carta aberta ao *The Washington Post*, e até pelo ex-vice Presidente do Banco Mundial, Joseph Stiglitz.

A Casa Branca vinha mantendo seu apoio a Wolfowitz, mesmo com os pedidos para que ele se afastasse vindo dos funcionários do banco e dos membros europeus. No entanto, em 18 de maio de 2007, Washington finalmente admitiu a substituição de Wolfowitz. Tonny Fratto, porta-voz da Casa Branca, concedeu uma entrevista no mesmo dia, afirmando que o processo de substituição se dará rapidamente, e que o novo presidente do Banco Mundial assumirá em julho, dando-se preferência a alguém com maior experiência em ações de combate à pobreza. Perguntado se o sucessor poderia não ser estadunidense, Fratto afirmou que há essa possibilidade. Além disso, a Casa Branca informou que, dessa vez, especialistas e funcionários do banco serão consultados sobre quem deve ser o novo

presidente, dando maior transparência ao processo.

Entre os mais cotados para assumir o cargo, estão Ashraf Ghani, Ministro da Fazenda do Afeganistão; Ngozi Okonjo-Iweala, ex-Ministra da Fazenda da Nigéria, e Tony Blair, Primeiro-Ministro britânico que sairá do cargo na mesma época em que o novo presidente do Banco Mundial assumirá. Os dois primeiros já trabalharam para o Banco Mundial, e Blair é cotado principalmente por suas ações de combate à pobreza junto ao G-8.

No entanto, ainda não é certo que o novo presidente do Banco não será estadunidense, e vários membros da administração George W. Bush também são cotados para o cargo. Entre eles, estão Robert Zoellick, ex-Subsecretário de Defesa estadunidense, e Robert Kimmitt, Subsecretário de Tesouro dos Estados Unidos.

Mesmo que o novo presidente seja estadunidense, o fato de que o processo passe a ter maior transparência já é uma grande mudança na escolha dos altos cargos do Banco Mundial, já que a maior demanda é por maior transparência da instituição. A atual estrutura da instituição dá um poder de decisão aos Estados Unidos e alguns associados europeus que fazia sentido à época de criação da instituição, mas não representa mais a configuração da economia mundial. As estruturas do Banco Mundial e do FMI são obsoletas e já vêm dando sinal de enfraquecimento há muito tempo. Para que essas instituições não percam credibilidade, devem passar por uma reforma, que reflita de forma mais adequada o atual cenário econômico mundial. Os Estados Unidos, sozinhos, podem vetar qualquer decisão nas instituições, quatro grandes economias européias também têm esse poder, se votarem juntas².

¹ Os europeus já sinalizaram, mesmo antes dos acontecimentos recentes, a estarem dispostos a ceder a presidência do FMI a um não-europeu.

² No Banco Mundial, o poder de voto é proporcional à contribuição financeira do país

Espera-se que o caso Wolfowitz seja capaz de iniciar mudanças no Banco Mundial, começando pela mudança no processo de escolha do novo líder da organização.

Referência

Sites:

Banco Mundial

<http://www.worldbank.org>

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

Project Syndicate

<http://www.project-syndicate.org>

The Brookings Foundation

<http://www.brookings.edu>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Ver também:

29/04/2005 – [Os EUA e as instituições internacionais: o que sugerem as recentes nomeações para o Banco Mundial e para a ONU?](#)

ao banco, definida através de cotas. Para se aprovar qualquer decisão, são necessários 85% dos votos. Os Estados Unidos detêm 16,38% dos votos, França, 4,30%; Alemanha, 4,49%; Reino Unido; 4,30% e Itália, 2,78%.

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Diego Pereira; Fernando Maia; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro; Raphael Rezende Esteves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

